

APRESENTAÇÃO

Ana Paula Motta Costa*

Ao celebrarmos os 35 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), somos chamados(as) a revisitar uma das mais significativas conquistas democráticas do processo constituinte brasileiro. Fruto da mobilização social e da abertura de um novo horizonte normativo em 1988, o ECA representou ruptura e fundação: ruptura com a doutrina da situação irregular, que reduzia a infância e a adolescência a objetos de tutela repressiva, e fundação de uma concepção assentada na doutrina da proteção integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

O Estatuto tornou-se, desde seu princípio, uma das mais robustas expressões da efetividade da Constituição Cidadã. Seu texto materializou o princípio da prioridade absoluta e inaugurou um sistema protetivo complexo, que combina responsabilização e garantias, medidas socioeducativas e políticas públicas, participação comunitária e ação estatal. Contudo, os 35 anos do ECA não se prestam apenas à comemoração, mas também convidam a refletirmos criticamente sobre as promessas cumpridas e, sobretudo, aquelas ainda negadas à essa parcela da população.

Nas últimas décadas, assistimos a avanços importantes. A consolidação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, a criação de políticas específicas na saúde, educação, assistência social e no campo da socioeducação, bem como o desenvolvimento de jurisprudência e doutrina comprometidas com a proteção integral, atestam a vitalidade do Estatuto. Por outro lado, a persistência de desigualdades estruturais, a criminalização seletiva e a mortalidade da juventude pobre e periférica, a dificuldade de garantir a universalidade dos direitos básicos e as novas tecnologias que atravessam a infância e adolescência evidenciam o quanto o ECA continua sendo um projeto em disputa.

A edição especial dos *Cadernos do PPGDir/UFRGS* dedicada a esse marco nasce desse lugar de tensão: entre celebração e crítica, entre memória e futuro. Reúnem-se aqui trabalhos que não apenas homenageiam a trajetória do ECA, mas problematizam sua efetividade no Brasil

* Bolsista de Produtividade em Pesquisa C - Capes/CNPQ. Pós-Doutora em Criminologia e Justiça Juvenil junto ao Center for the Study of Law and Society (Berkeley Law) da Universidade da Califórnia. Diretora da Faculdade de Direito da UFRGS.

contemporâneo, iluminando os desafios jurídicos, políticos e institucionais para a realização de direitos.

Nos textos que compõem este volume, encontram-se análises que recuperam a historicidade do Estatuto, destacando o protagonismo dos movimentos sociais e das redes de proteção. Igualmente, pesquisas que revelam as lacunas persistentes, na urgência de se enfrentar as desigualdades que marcam a trajetória de adolescentes no sistema de justiça. Ao lançar este dossiê, o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS reafirma a convicção de que a defesa do ECA é inseparável da defesa da democracia brasileira. Não se trata apenas de preservar uma lei, mas de sustentar a aposta civilizatória de que crianças e adolescentes devem viver como sujeitos de direitos, com voz, dignidade e pertencimento, respeitada sua condição de particular desenvolvimento.

Que estas páginas contribuam para fortalecer o debate acadêmico e institucional, inspirando novas práticas de pesquisa, de formação e de incidência. Que a reflexão aqui reunida renove o compromisso de cada uma e cada um de nós com a efetividade da doutrina da proteção integral. E que os 35 anos do Estatuto sejam um chamado à ação contínua em prol de uma sociedade que reconheça, respeite e efetive os direitos da infância e da adolescência.

Porto Alegre, 1º de setembro de 2025

DOI: 10.22456/2317-8558.149979